

# Petrobras Logística de Gás S.A.

CNPJ Nº 23.909.766/0001-99 – Empresa do Sistema Petrobras

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO








A Administração da Petrobras Logística de Gás S.A. ("Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Estas demonstrações estão compostas do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, acompanhadas das Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes PriceWaterhouseCoopers, com o qual esta Administração está de acordo.

A Companhia é uma subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, constituída no dia 10 de dezembro de 2015 no âmbito do processo de cisão parcial da empresa Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, aprovado pela sua Assembleia Geral de Acionistas.

Os ativos segregados da cisão parcial estão relacionados às atividades de transporte de gás natural e outras participações societárias, que compuseram o Patrimônio Líquido da Companhia.

O conjunto de participações societárias que a Companhia detém está representado e detalhado a seguir:

#### PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DA COMPANHIA

	Logigás: 46%		Logigás: 51%
	Logigás : 50%		Logigás: 11%
	Logigás: 40%		Logigás: 99,9%
	Logigás: 25%	<b>Outras</b>	Petrobras Com. Energia: 0,09% Termomacacé: 0,01% Termomacacé Com. Energia: 0,01%

### DESTAQUES 2016

As transportadoras de gás natural nas quais a Companhia detém participação são responsáveis pela operação de gasodutos de importância estratégica para o Brasil.

Em sua carteira, a Companhia detém participação na Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. (TBG), proprietária e responsável pela operação do trecho brasileiro do Gasoduto Bolívia-Brasil, que liga Corumbá (MS) a Canoas (RS) com 2.593 km e uma capacidade total contratada de 30,08 milhões de m<sup>3</sup>/dia, acrescido do correspondente gás para uso no sistema, para transporte de gás natural boliviano. Ao longo da extensão do gasoduto, a

TBG possui 15 estações de compressão e 50 pontos de entrega. O nível médio de utilização destes ativos em 2016 atingiu grande parte da capacidade contratada, com o transporte médio de 27,31 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Em dezembro de 2016, a TBG recebeu gás proveniente de produção nacional a partir do ponto de recebimento na EMED REPLAN.

A Companhia também detém participação em outras transportadoras de gás natural no cenário brasileiro, como a Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. (TSB), proprietária de ativos de transporte no Estado do Rio Grande do Sul com extensão de 50 km de gasodutos, compostos de dois trechos de 25 km, que movimentam por meio do Trecho 1, gás natural proveniente da Argentina para abastecimento da Usina Termoeletrica de Uruguiana, e por meio do Trecho 3, gás natural boliviano, a partir do ponto de interconexão com a TBG, em Canoas (RS), para abastecimento do Polo Petroquímico de Triunfo (RS). O volume médio transportado no ano de 2016 foi de 340 mil m<sup>3</sup>/dia, de uma capacidade contratada de 800 mil m<sup>3</sup>/dia no Trecho 3 e capacidade de escoamento de 2,40 milhões de m<sup>3</sup>/dia no Trecho 1.

Além das participações no mercado brasileiro, a Companhia mantém participação na Gás Transboliviano S.A. (GTB), proprietária e responsável pela operação de 557 km de gasodutos, componentes do trecho boliviano do Gasbol, que vai de Rio Grande, na Bolívia, até a fronteira com o Brasil, em Corumbá (MS). O gasoduto tem uma capacidade total para o transporte de gás natural de 32,90 milhões de m<sup>3</sup>/dia, sendo 30,08 milhões de m<sup>3</sup>/dia reservados para entrega ao Brasil, na divisa com o Estado de Mato Grosso do Sul, e 2,82 milhões de m<sup>3</sup>/dia, para entrega em Chiquitos, na interconexão com o Gasoduto Lateral Cuiabá, que entrega gás ao Brasil, na divisa com o Estado de Mato Grosso.

### RESULTADO 2016

No exercício de 2016, a Companhia (Controladora) apresentou um lucro líquido de R\$ 452,83 milhões, o que representou um aumento de R\$ 402,68 milhões em comparação ao lucro líquido apurado no exercício de 2015 (R\$ 50,14 milhões). O resultado de 2016 decorre principalmente de: (i) primeiro exercício social completo da Companhia, (ii) resultado de equivalência patrimonial com a controlada TBG, (iii) reflexos dos juros e da variação monetária sobre o empréstimo subordinado com esta mesma controlada, que está vinculado à variação do dólar norte americano no período, e (iv) receita de aplicação financeira no Fundo de Investimento em Direito Creditório (FIDC) da Petrobras.

A evolução do patrimônio líquido apresentou um aumento de 9,84% no período de 2015 (R\$ 1,087 bilhão) para 2016 (R\$ 1,194 bilhão), refletindo os resultados positivos alcançados pelas suas participações acionárias.

A controlada TBG, para financiar parte da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil e financiar seus gastos administrativos até abril de 2000, tomou empréstimos subordinados que totalizaram US\$ 192,40 milhões, cujo pagamento do principal deveria ocorrer após a liquidação dos financiamentos das agências multilaterais de crédito. Em 2016 foi autorizado pelos detentores das dívidas seniores a amortização de US\$ 140 milhões dos empréstimos subordinados, resultando em um saldo remanescente de US\$ 52,40 milhões.

### AGRADECIMENTOS

A Companhia vem adotando, desde sua constituição, as melhores práticas de governança corporativa e se consolidando, a cada dia, uma sólida gestora de participações.

Nas próximas páginas, serão detalhados os números e resultados alcançados pela Companhia e suas investidas, para o ano de 2016.

Gostaríamos de registrar, por fim, nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e colaboradores, por suas contribuições valiosas na constituição e desenvolvimento da Companhia.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

**Gustavo Cesar Cotrim Correa da Costa**  
 Presidente do Conselho de Administração

**Ricardo José Lourenço de Mello**  
 Diretor Presidente

## BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015			2016	2015		
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	652.502	356	2	–	Fornecedores	12	341.689	46.730	26.143	25.157
Valores em custódia	5.2.1	–	399.597	–	399.597	Adiantamento de clientes	14.1.2	52.174	60.359	–	–
Contas a receber, líquidas	9	901.471	631.961	908.297	87.963	Financiamentos	13	65.946	83.165	–	–
Imposto de renda e contribuição social	15.1	26.698	–	26.698	–	Imposto de renda e contribuição social	15.1	200.991	83.298	–	4.897
Impostos e contribuições	15.1	60.806	32.473	8	–	Impostos e contribuições	15.1	62.299	61.018	551	864
Outros ativos circulantes		<u>9.573</u>	<u>7.399</u>	<u>3.093</u>	–	Dividendos propostos	17.3	422.555	89.343	215.093	23.816
		<u>1.651.050</u>	<u>1.071.786</u>	<u>938.098</u>	<u>487.560</u>	Provisão para recuperação ambiental	23.1	4.401	45.524	4.401	45.524
						Outras contas e despesas a pagar		<u>26.194</u>	<u>26.559</u>	<u>419</u>	–
								<u>1.176.249</u>	<u>495.996</u>	<u>246.607</u>	<u>100.258</u>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Realizável a longo prazo						Adiantamento de cliente	14.1.2	807.878	986.544	–	–
Empréstimos concedidos a parte relacionada	14	–	–	87.096	383.156	Financiamentos	13	140.036	514.275	–	–
Depósitos vinculados		6.064	7.035	–	–	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.2	132.137	52.963	–	–
Depósitos judiciais	23.2	3.797	3.972	–	–	Planos de pensão e saúde	16	53.107	29.008	–	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.2	<u>4.347</u>	<u>22.122</u>	<u>4.347</u>	<u>22.122</u>	Provisão para processos judiciais	23.1	794	55	20	55
		<u>14.208</u>	<u>33.129</u>	<u>91.443</u>	<u>405.278</u>	Outras contas e despesas a pagar		<u>7.812</u>	<u>9.999</u>	<u>2</u>	<u>2</u>
								<u>1.141.764</u>	<u>1.592.844</u>	<u>22</u>	<u>57</u>
								<u>2.318.013</u>	<u>2.088.840</u>	<u>246.629</u>	<u>100.315</u>
Investimentos	10	69.667	66.930	409.770	293.199	<b>Patrimônio líquido</b>	17				
Imobilizado	11	2.087.553	2.206.015	857	857	Capital social realizado		957.450	957.450	957.450	957.450
Intangível		<u>9.373</u>	<u>8.727</u>	–	–	Reservas de lucros		237.534	123.950	240.241	126.657
		<u>2.180.801</u>	<u>2.314.801</u>	<u>502.070</u>	<u>699.334</u>	Outros resultados abrangentes		<u>(4.152)</u>	<u>2.472</u>	<u>(4.152)</u>	<u>2.472</u>
		<u>3.831.851</u>	<u>3.386.587</u>	<u>1.440.168</u>	<u>1.186.894</u>			<u>1.190.832</u>	<u>1.083.872</u>	<u>1.193.539</u>	<u>1.086.579</u>
						Participações dos acionistas não controladores	10.4	323.006	213.875	–	–
								<u>1.513.838</u>	<u>1.297.747</u>	<u>1.193.539</u>	<u>1.086.579</u>
								<u>3.831.851</u>	<u>3.386.587</u>	<u>1.440.168</u>	<u>1.186.894</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 10 a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Receita de vendas e serviços	18	1.475.843	124.172	–	–
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	20	(327.792)	(27.728)	–	–
Lucro bruto		1.148.051	96.444	–	–
Receitas (despesas)					
Gerais e administrativas	20	(99.951)	(11.200)	(11.756)	(2.087)
Tributárias	20	(11.389)	6.986	(7.828)	(1.962)
Outras receitas líquidas	19	11.724	8.991	11.836	4.930
		<u>(99.616)</u>	<u>4.777</u>	<u>(7.748)</u>	<u>881</u>
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos		1.048.435	101.221	(7.748)	881
Resultado financeiro líquido	21	270.328	1.408	43.258	18.584
Receitas financeiras		126.114	18.651	105.424	5.116
Despesas financeiras		(58.248)	(5.854)	(2)	–
Variações monetárias e cambiais líquidas		202.462	(11.389)	(62.164)	13.468
Resultado de participações em investimentos	10.2	3.477	640	435.114	28.466
Lucro antes dos impostos		1.322.240	103.269	470.624	47.931
Imposto de renda e contribuição social	15.3	(454.490)	(26.382)	(17.797)	2.209
Lucro líquido do exercício		<u>867.750</u>	<u>76.887</u>	<u>452.827</u>	<u>50.140</u>
Atribuível aos:					
Acionistas da Petrobras Logística de Gás S.A.		452.827	50.140	452.827	50.140
Acionistas não controladores	10.4	414.923	26.747	–	–
		<u>867.750</u>	<u>76.887</u>	<u>452.827</u>	<u>50.140</u>
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	17.4	1.581,25	175,09	1.581,25	175,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 10 a 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício	867.750	76.887	452.827	50.140
Itens que não serão reclassificados para o resultado:				
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos	(16.447)	1.420	(8.388)	724
Imposto diferido	3.459	(2.694)	1.764	(1.374)
Resultado abrangente total	854.762	75.613	446.203	49.490
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas da Petrobras Logística de Gás S.A.	446.203	49.490	446.203	49.490
Acionistas não controladores	408.559	26.123	–	–
Resultado abrangente total	854.762	75.613	446.203	49.490

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício findo em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital subscrito e integralizado	Outros resultados abrangentes		Reservas de lucros		Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Ativo diferido	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado
		Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	Dividendos adicionais propostos	Lucros Acumulados	Legal				
Saldo inicial em 10 de dezembro de 2015									
Constituição da Petrobras Logística de Gás S.A. em 10 de dezembro de 2015 - Cisão parcial da Gaspetro	957.450	3.122	–	–	100.333	1.060.905	(2.707)	253.279	1.311.477
Lucro líquido do período de 10 a 31 de dezembro de 2015	–	–	–	–	50.140	50.140	–	26.747	76.887
Outros resultados abrangentes	–	(650)	–	–	–	(650)	–	(624)	(1.274)
Destinações:									
Apropriações do lucro líquido em reservas	–	–	2.507	–	(2.507)	–	–	–	–
Dividendos	–	–	–	124.150	(147.966)	(23.816)	–	(65.527)	(89.343)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	957.450	2.472	2.507	124.150	–	1.086.579	(2.707)	213.875	1.297.747
	957.450	2.472	–	–	126.657	1.086.579	(2.707)	213.875	1.297.747
Dividendos adicionais aprovados	–	–	–	(124.150)	–	(124.150)	–	(91.966)	(216.116)
Lucro líquido	–	–	–	–	452.827	452.827	–	414.923	867.750
Outros resultados abrangentes	–	–	(6.624)	–	–	(6.624)	–	(6.364)	(12.988)
Destinações:									
Apropriações do lucro líquido em reservas	–	–	22.641	215.093	(237.734)	–	–	–	–
Dividendos	–	–	–	–	(215.093)	(215.093)	–	(207.462)	(422.555)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	957.450	(4.152)	25.148	215.093	–	1.193.539	(2.707)	323.006	1.513.838
	957.450	(4.152)	–	–	240.241	1.193.539	(2.707)	323.006	1.513.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Petrobras Logística de Gás S.A.

CNPJ Nº 23.909.766/0001-99 – Empresa do Sistema Petrobras

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 10 a 31 de dezembro de 2015  
 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro líquido do exercício	867.750	76.887	452.827	50.140
Ajustes para:				
Despesa atuarial de plano de pensão e saúde	7.722	(2.615)	–	–
Resultado de participações em investimentos	(3.477)	(640)	(435.114)	(28.466)
Depreciação e amortização	173.911	14.046	–	–
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados e outras	(151.387)	22.762	1.003	–
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(56.033)	(1.756)	(54.833)	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	100.408	(7.106)	17.775	(7.106)
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	255.575	(63.272)	310.445	(25.096)
Impostos e contribuições	–	–	–	–
Outros ativos	387.327	21.070	7.074	(18.679)
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	294.959	46.729	986	25.157
Impostos e contribuições	62.073	33.094	(32.142)	5.762
Outros passivos	(95.718)	(89.998)	(40.738)	(24.551)
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais	1.843.110	49.201	227.283	(22.839)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(56.515)	(4.681)	–	–
Adições em investimentos	(209)	–	(678)	–
Resgates (investimentos) de recebíveis de ativos financeiros	(457.446)	(18.811)	(242.730)	–
Dividendos recebidos	948	–	170.530	22.839
Recursos líquidos gerados (utilizados) nas atividades de investimentos	(513.222)	(23.492)	(72.878)	22.839
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Amortizações de principal	(296.995)	(36.489)	–	–
Amortizações de juros	(61.820)	(5.170)	–	–
Dividendos pagos a acionistas da Petrobras Logística de Gás S.A.	(154.403)	–	(154.403)	–
Dividendos pagos a acionistas não controladores	(164.524)	–	–	–
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(677.742)	(41.659)	(154.403)	–
Reorganização Societária	–	16.306	–	–
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	652.146	356	2	–
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	356	–	–	–
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	652.502	356	2	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e período de 10 a 31 de dezembro de 2015  
 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
<b>Receitas</b>				
Vendas de produtos, serviços e outras receitas	1.875.805	181.448	12.125	4.930
	1.875.805	181.448	12.125	4.930
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Produtos para revenda	–	(5.472)	–	–
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(115.897)	(5.038)	(3.715)	(2.087)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos	(6.124)	(515)	–	–
	(122.021)	(11.025)	(3.715)	(2.087)
Valor adicionado bruto	1.753.784	170.423	8.410	2.843
Depreciação e amortização	(173.911)	(14.046)	–	–
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.579.873	156.377	8.410	2.843
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Resultado de participações em investimentos	3.477	640	435.114	28.466
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	126.497	18.656	51.566	18.584
	129.974	19.296	486.680	47.050
Valor adicionado a distribuir	1.709.847	175.673	495.090	49.893
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>Pessoal e administradores</b>				
Salários e participações	113.246	7.144	8.330	–
FGTS	5.897	635	–	–
	119.143	7.779	8.330	–
<b>Tributos</b>				
Federais	651.507	63.359	25.625	(247)
Estaduais	215.027	10.400	–	–
Municipais	251	–	–	–
	866.785	73.759	25.625	(247)
<b>Instituições financeiras e fornecedores</b>				
Juros, variações cambiais e monetárias	(143.831)	17.248	8.308	–
	(143.831)	17.248	8.308	–
<b>Acionistas</b>				
Dividendos e Juros sobre capital próprio	215.093	23.816	215.093	23.816
Resultado dos acionistas não controladores	414.923	26.747	–	–
Lucros retidos	237.734	26.324	237.734	26.324
	867.750	76.887	452.827	50.140
Valor adicionado distribuído	1.709.847	175.673	495.090	49.893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

### 1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Logística de Gás S.A. (denominada, em conjunto, a "Companhia"), tem por objeto a participação como sócia ou acionista de outras sociedades, podendo constituir sociedades, sob qualquer forma jurídica, bem como a produção, o comércio, a importação, a exportação, a armazenagem e o transporte de gás natural, de gás liquefeito de petróleo e de gases raros de quaisquer origens. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

Para cumprir sua missão, a Companhia vem desenvolvendo projetos em parceria, por meio da participação no capital de empresas. Dentre os projetos que têm participação da Logigás, destaca-se a controlada Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG ("TBG"), além de participações societárias (empreendimentos controlados em conjunto e coligada), descritas na nota 10.1.

A Companhia mantém transações relevantes com sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

### 2. Reorganização societária

#### 2.1. Constituição da Companhia

A Companhia foi constituída em 10 de dezembro de 2015, na forma de sociedade anônima e subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A..

#### 2.2. Incorporação da parcela cindida da Petrobras Gás S.A.

Em 10 de dezembro de 2015 foi aprovado a cisão parcial do patrimônio da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, com versão da parcela cindida para a Petrobras Logística de Gás, tomando-se por base os registros contábeis constantes nas demonstrações contábeis de 31 de maio de 2015, conforme consta nos termos do Protocolo de Justificação de Cisão de 04 de novembro de 2015, sem mudança de seu objeto social e sem solidariedade, nos termos do Artigo 233, parágrafo único, da Lei das Sociedades Anônimas.

O acervo líquido cindido, em 10 de dezembro de 2015, era de R\$ 1.060.905.

### 3. "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A Operação Lava Jato é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, através do qual essas empresas, entre janeiro de 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras, entre outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. A Petrobras não realizou qualquer pagamento indevido.

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também cobraram gastos adicionais e supostamente utilizaram estes valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras.

A Petrobras monitorou as investigações da "Operação Lava a Jato" efetuadas pelas autoridades brasileiras e pela investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. As investigações externas envolvem também outras empresas do Sistema Petrobras, incluindo a Petrobras Logística de Gás - S.A. - Logigás. Como resultado, não foram identificadas novas informações que ensejassem qualquer impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

### 4. Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis incluem:

#### Demonstrações contábeis consolidadas

– As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

#### Demonstrações contábeis individuais

– As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

– Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais não apresentam diferenças em relação às consolidadas em IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido, conforme previsto no CPC 43 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.315/10. As reconciliações do patrimônio líquido e resultado da controladora com o consolidado estão na nota explicativa 4.1.1.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada, em 17 de março de 2017, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

#### 4.1. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

#### 4.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Logigás e de suas controladas é o Real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

### 5. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas.

#### 5.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da Logigás e de suas subsidiárias e controladas. O controle é obtido quando a Logigás possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

A nota explicativa 10.1 apresenta as empresas consolidadas, juntamente com os demais investimentos diretos.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como do saldo e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

#### 5.1.1. Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do consolidado com o da controladora

	Patrimônio líquido		Lucro líquido	
	31.12.2016	31.12.2015	2016	2015
Consolidado - IFRS	1.513.838	1.297.747	867.750	76.887
Patrimônio de acionistas não controladores	(323.006)	(213.875)	(414.923)	(26.747)
Despesas diferidas líquidas de IR	2.707	2.707	–	–
Controladora - CPC	1.193.539	1.086.579	452.827	50.140

### 5.2. Instrumentos financeiros

#### 5.2.1. Valores em custódia

Refere-se a depósitos bancários originários da cisão que, em função de tramites necessários para a abertura da conta bancária da Companhia, ficaram custodiados no Banco do Brasil.

#### 5.2.2. Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas.

#### 5.2.3. Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado utilizando método de juros efetivos.

#### 5.2.4. Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados inicialmente e subsequentemente ao valor justo.

Ganhos ou perdas resultantes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado financeiro, exceto quando o derivativo é qualificado e designado para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

### 5.3. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. A definição de controle é apresentada na nota explicativa 5.1.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Nas demonstrações individuais, os investimentos em entidades Coligada, Controladas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Coligada, Empreendimento Controlado em Conjunto e Controlada.

As demonstrações contábeis dos empreendimentos controlados em conjunto e coligadas são ajustadas para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Petrobras. Os dividendos recebidos provenientes desses investimentos societários são registrados como uma redução do valor dos respectivos investimentos.

#### 5.4. Combinação de negócios e goodwill

O método de aquisição é aplicado para as transações onde ocorre a obtenção de controle. Transações envolvendo empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O montante pago, acima desse valor deve ser reconhecido como ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

#### 5.5. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 11.

## Petrobras Logística de Gás S.A.

CNPJ Nº 23.909.766/0001-99 – Empresa do Sistema Petrobras

### 5.6. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e da perda por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). É composto por *softwares*.

### 5.7. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio (*goodwill*), oriundos de uma combinação de negócios, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio (*goodwill*).

### 5.8. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

### 5.9. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

#### a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na lei 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT), cujos efeitos nas demonstrações contábeis não foram materiais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecimentos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, na data do período que está sendo reportado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Quando da existência de ativo fiscal diferido líquido, situação esta que ocorre quando o valor do ativo fiscal diferido supera o valor reconhecido como passivo fiscal diferido, relacionados ao mesmo ente contribuinte, o reconhecimento baseia-se em estudo técnico de rentabilidade futura, aprovado pela Administração da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados mediante aplicação das alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributo sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

### 5.10. Benefícios concedidos a empregados (pós-emprego)

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria definidos e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido (ativo) são reconhecidos quando incorridos da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações, em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido, reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem os ganhos e perdas atuariais.

A Companhia contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

### 5.11. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

### 5.12. Outros resultados abrangentes

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes de ganhos e perdas atuariais em plano de pensão como benefício definido.

### 5.13. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre vendas e serviços.

As receitas da Companhia são reconhecidas com base nos contratos de transporte de gás natural, que inclui cláusulas de "*ship or pay*", na qual a Petrobras (carregadora) se obriga a pagar pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, despesas com juros sobre financiamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

### 6. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

#### 6.1. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

– Taxa de desconto - compreende a curva da inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;

– Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada por conjunto projetado de taxas anuais considerando a evolução histórica dos desembolsos per capita do plano de saúde, observáveis nos últimos 5 anos, para definição de um ponto inicial da curva que decresce gradualmente em 30 anos para alcance do patamar de inflação geral da economia.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

#### 6.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Logigás com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 23.

### 7. Novas normas e interpretações

#### a) IASB - *International Accounting Standards Board*

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2016 são as seguintes:

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes"	Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos.	1º de janeiro de 2018
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável ( <i>impairment</i> ) de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Institui novos requisitos relacionados à contabilidade de <i>hedge</i> .	1º de janeiro de 2018
IFRS 16 - "Arrendamentos mercantis"	Contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamento mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros. Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17.	1º de janeiro de 2019

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Quanto às emendas e novas normas listadas acima, a Companhia está avaliando os impactos da aplicação em suas demonstrações contábeis consolidadas de exercícios futuros.

### 8. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	110	356	2	-
Aplicações financeiras de curto prazo				
- No País				
Extramercado	652.392	-	-	-
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>652.502</b>	<b>356</b>	<b>2</b>	<b>-</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Estas aplicações são mantidas no Banco do Brasil S.A. e estão representadas por quotas de fundos de renda fixa, que apresentaram valorização média de 103% do CDI no exercício.

### 9. Contas a receber

#### 9.1. Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Clientes				
Terceiros	8.243	13.538	135	8.258
Partes relacionadas (Nota explicativa 14)	217.842	456.516	232.776	79.705
Recebíveis de ativos financeiros (a)	675.386	161.907	675.386	-
	<b>901.471</b>	<b>631.961</b>	<b>908.297</b>	<b>87.963</b>
Circulante	901.471	631.961	908.297	87.963

#### a) Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 24.3.

### 10. Investimentos

#### 10.1. Investimentos diretos (Controladora)

Empresa Consolidada Controlada	% de Participação direta da Logigás		% no Capital votante		Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício / período (*)
Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	51%	51%	659.196	846.783		
Indústria Carboquímica Catarinense S.A. - ICC (em liquidação) (3)	100%	100%	976	(222)		
<b>Empreendimentos controlados em conjunto (1)</b>						
GNL Gemini Com. e Logística de Gás Ltda.	40%	40%	108.388	25.390		
TMN Transportadora S.A. (3)	45%	50%	8.167	(123)		
TNG Participações Ltda. (3)	50%	50%	238	(245)		
<b>Coligada (1)</b>						
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. - TSB	25%	25%	23.636	4.727		
<b>Outros (2)</b>						
Gas TransBoliviano - GTB	11%	11%	1.011.227	144.333		

(1) Para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência na Logigás, relativas aos empreendimentos controlados em conjunto e coligadas foram utilizadas demonstrações contábeis referente ao mês de novembro de 2016.

(2) Investimento avaliado pelo método de custo.

(3) Investimentos com valores zerados na Logigás em função do reconhecimento da perda na recuperação de ativos - *Impairment*.

#### 10.2. Mutação dos investimentos (Controladora)

Subsidiárias e controladas	Saldo em 31.12.2015	Resultado de participação em investimentos	Dividendos	Aportes	Impairment	Ganhos e perdas atuariais	Saldo em 31.12.2016
Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG	222.604	431.859	(311.649)	-	-	(6.624)	336.190
Indústria Carboquímica Catarinense S.A. - ICC (em liquidação)	960	(222)	-	469	(1.207)	-	-
<b>Empreendimentos controlados em conjunto</b>							
GNL Gemini Com. e Logística de Gás Ltda.	33.199	10.156	-	-	-	-	43.355
TMN Transportadora S.A.	6.368	(55)	-	69	(6.382)	-	-
TNG Participações Ltda.	77	(98)	-	140	(119)	-	-
<b>Coligada</b>							
Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. - TSB	5.676	1.182	(948)	-	-	-	5.910
Subsidiárias, controladas, operações empreendimentos em conjunto	268.884	442.822	(312.597)	678	(7.708)	(6.624)	385.455
Investimento na Gas Transboliviano S.A. - GTB, avaliado por método de custo	24.315	-	-	-	-	-	24.315
<b>Total dos investimentos</b>	<b>293.199</b>	<b>442.822</b>	<b>(312.597)</b>	<b>678</b>	<b>(7.708)</b>	<b>(6.624)</b>	<b>409.770</b>

A avaliação dos investimentos resultou no reconhecimento de perda por desvalorização de R\$ 7.708, em função da controlada ICC encontrar-se em liquidação judicial e os empreendimentos em conjunto TMN e TNG não terem expectativas de investimentos para os próximos 5 anos no Plano de Negócios e Gestão da Petrobras.

#### 10.3. Informações sobre a controlada

Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG - Constituída em 18 de abril de 1997, tem por objeto social a operação do Gasoduto Bolívia-Brasil, no lado brasileiro, e as atividades associadas ao transporte de gás natural na sua região de influência, incluindo telecomunicação por fibra ótica.

# Petrobras Logística de Gás S.A.

CNPJ Nº 23.909.766/0001-99 – Empresa do Sistema Petrobras

## 10.4. Participação de acionistas não controladores

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 323.006, que são atribuíveis aos acionistas não controladores da Transportadora Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.. A seguir estão apresentadas suas informações contábeis sumarizadas:

	Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A.	
	2016	2015
Ativo circulante	1.073.073	742.894
Ativo realizável a longo prazo	2.050	2.927
Imobilizado	2.086.695	2.205.157
Outros ativos não circulantes	9.373	8.727
	<b>3.171.191</b>	<b>2.959.705</b>
Passivo circulante	1.283.929	547.284
Passivo não circulante	1.228.066	1.975.941
Patrimônio líquido	659.196	436.480
	<b>3.171.191</b>	<b>2.959.705</b>
Receita operacional líquida	1.475.843	124.171
Lucro líquido do exercício	846.782	54.586
Caixa e equivalentes de caixa gerado no exercício	652.487	339

## 10.5. Informações contábeis resumidas de empreendimentos controlados em conjunto e coligada

A Companhia investe em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas no país, cuja atividade, basicamente, está relacionada ao transporte de gás. As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	2016				Coligada TSB
	Empreendimentos controlados em conjunto				
	GNL Gemini	TMN	TNG	Total	
Ativo Circulante	266.119	93	60	266.272	7.131
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.107	2	187	3.296	-
Imobilizado	40.591	8.096	2	48.689	16.453
Intangível	-	-	3	3	1.217
	<b>309.817</b>	<b>8.191</b>	<b>252</b>	<b>318.260</b>	<b>24.801</b>
Passivo Circulante	193.404	24	14	193.442	834
Passivo não circulante	8.025	-	-	8.025	331
Patrimônio Líquido	108.388	8.167	238	116.793	23.636
	<b>309.817</b>	<b>8.191</b>	<b>252</b>	<b>318.260</b>	<b>24.801</b>
Receita Operacional Líquida	64.118	-	-	64.118	9.772
Lucro Líquido do período	25.390	(123)	(245)	25.022	4.727
Percentual de Participação - %	40%	45%	50%	40% a 50%	25%

	2015				Coligada TSB
	Empreendimentos controlados em conjunto				
	GNL Gemini	TMN	TNG	Total	
Ativo Circulante	74.386	63	48	74.497	4.825
Ativo Realizável a Longo Prazo	3.235	2	191	3.428	-
Imobilizado	45.754	8.099	3	53.856	17.569
Intangível	-	-	3	3	1.305
Outros ativos não circulantes	-	-	-	-	-
	<b>123.375</b>	<b>8.164</b>	<b>245</b>	<b>131.784</b>	<b>23.699</b>
Passivo Circulante	30.583	25	12	30.620	665
Passivo não circulante	10.018	-	-	10.018	332
Patrimônio Líquido	82.774	8.139	233	91.146	22.702
	<b>123.375</b>	<b>8.164</b>	<b>245</b>	<b>131.784</b>	<b>23.699</b>
Receita Operacional Líquida	4.820	-	-	4.820	644
Lucro Líquido do período	1.487	(7)	(17)	1.463	228
Percentual de Participação - %	40%	45%	50%	1	25%

## 11. Imobilizado

### 11.1. Por tipo de ativos

	Consolidado			Controladora Total
	Terrenos, edificações e benfeitorias	Gasodutos e equipamentos de transporte	Ativos em construção	
Saldo em 1º de janeiro de 2015	-	-	-	-
Adições	-	4.681	-	4.681
Reorganização societária	6.012	2.165.908	43.238	2.215.158
Transferências	-	20.724	(20.737)	(13)
Depreciação	(63)	(13.748)	-	(13.811)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.949	2.177.565	22.501	2.206.015
Custo	12.955	4.485.588	22.501	4.521.044
Depreciação acumulada	(7.006)	(2.308.023)	-	(2.315.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	5.949	2.177.565	22.501	2.206.015
Adições	-	576	55.939	56.515
Baixas	(87)	-	-	(87)
Transferências	1.242	21.225	(26.676)	(4.209)
Depreciação	(863)	(169.818)	-	(170.681)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.241	2.029.548	51.764	2.087.553
Custo	11.867	4.507.353	51.764	4.570.984
Depreciação acumulada	(5.626)	(2.477.805)	-	(2.483.431)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	6.241	2.029.548	51.764	2.087.553
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	4 a 25 (exceto terrenos)	30		

### 11.2. Abertura por tempo de vida útil estimada - Consolidado

Vida útil estimada	Gasoduto e equipamentos de transportes e outros bens		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo 31.12.2016
até 5 anos	18.864	(15.157)	3.707
6 - 10 anos	25.813	(22.764)	3.049
21 - 25 anos	10.382	(5.626)	4.756
26 - 30 anos	4.462.676	(2.439.884)	2.022.791
	<b>4.517.735</b>	<b>(2.483.431)</b>	<b>2.034.305</b>
Edificações e benfeitorias	10.382	(5.626)	4.756
Gasodutos, equipamentos e outros bens	4.507.353	(2.477.805)	2.029.548

A estimativa da vida útil econômica dos equipamentos e outros bens foi revisada em 2016, tendo como base laudos elaborados por avaliadores internos.

Ativo	Consolidado				Controladora			
	Petrobras	Outras(*)	Total	Total	Petrobras	TBG	Outras	Total
Circulante								
Contas a receber, principalmente por transporte de gás natural (a)	206.236	-	206.236	121.170	1.434	2.532	1.167	5.133
Efeito cambial sobre a tarifa (nota 14.1.1)	-	-	-	333.793	-	-	-	-
Dividendos a receber	-	11.606	11.606	-	-	215.930	11.606	227.536
Encargos sobre empréstimos concedidos (b)	-	-	-	-	-	107	-	107
	206.236	11.606	217.842	454.963	1.434	218.569	12.773	232.776
Não circulante								
Empréstimos concedidos (b)	-	-	-	-	-	87.096	-	87.096
	206.236	11.606	217.842	454.963	1.434	305.665	12.773	319.872
Passivo								
Circulante								
Adiantamento de cliente - capacidade de transporte (nota 14.1.2)	52.174	-	52.174	60.359	-	-	-	-
Fornecedores vinculados à repasse de gastos	23.917	-	23.917	24.189	23.917	-	-	23.917
Efeito cambial sobre a tarifa (nota 14.1.1)	271.276	-	271.276	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	215.093	-	215.093	23.816	215.093	-	-	215.093
Outras contas a pagar - cessão faixa de servidão	2.187	-	2.187	2.187	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	142	142	-	-	-	464	464
	564.647	142	564.789	110.551	239.010	-	464	239.474
Não circulante								
Adiantamento de cliente - capacidade de transporte (nota 14.1.2)	807.878	-	807.878	986.544	-	-	-	-
Outras Contas a pagar - cessão faixa de servidão	7.812	-	7.812	9.999	-	-	-	-
	815.690	-	815.690	996.543	-	-	-	-
	1.380.337	142	1.380.479	1.107.094	239.010	-	464	239.474
Resultado								
Receita bruta de vendas e serviços	1.863.680	-	1.863.680	176.535	-	-	-	-
Custos com aluguel de equipamentos e serviços de operação de gasodutos	-	-	-	13.958	-	-	-	-
Variações monetárias e cambiais líquidas	118.744	-	118.744	(10.408)	(8.306)	(54.222)	-	(62.528)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	-	-	-	-	-	50.591	-	50.591
	1.982.424	-	1.982.424	180.085	(8.306)	(3.631)	-	(11.937)

a) O valor relacionado à Petrobras refere-se principalmente às operações de transporte de gás natural canalizado.

b) valor a receber da TBG (empréstimo "sub-loan") é remunerado com base na variação cambial do Dólar norte-americano mais juros de 15% a.a., capitalizados anualmente (nota explicativa 13.1).

(\*) Inclui outros investimentos.

## 12. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Terceiros no país	46.354	22.541	1.762	968
Partes relacionadas (Nota explicativa 14)	295.335	24.189	24.381	24.189
Saldo total no Passivo Circulante	341.689	46.730	26.143	25.157

## 13. Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos se destinam à construção e ampliação da malha de gasodutos, dentre outros usos diversos.

As movimentações dos saldos de longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:

	Consolidado		
	Agências multilaterais de crédito	Acionistas não controladores	Total
Não Circulante			
No exterior			
Saldo inicial em 10 de dezembro de 2015 (nota explicativa nº 10.2)	-	-	-
Reorganização societária (nota explicativa nº 2)	182.296	363.019	545.315
Variações monetárias e cambiais	2.225	5.110	7.335
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	(38.375)	-	(38.375)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	146.146	368.129	514.275
Não Circulante			
No exterior			
Saldo em 1º de janeiro de 2016	146.146	368.129	514.275
Variações monetárias e cambiais	(20.733)	(59.763)	(80.496)
Transferência de Longo Prazo para Curto Prazo	(69.058)	(224.685)	(293.743)
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	56.355	83.681	140.036
Saldo total em 31 de dezembro de 2016	56.355	83.681	140.036

	Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015
Circulante		
Parcela Circulante do Endividamento de Longo Prazo	65.624	77.033
Juros Provisionados	322	6.132
	<b>65.946</b>	<b>83.165</b>

### 13.1. Empréstimos subordinados

Conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", a captação dos recursos necessários ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil incluiu aportes de recursos dos acionistas no montante de US\$ 310 milhões, destinados a comportar o orçamento básico do empreendimento. Deste total, 59% foram registrados como empréstimos subordinados e 41% como capital social, ambos integralizados na proporção da participação societária de cada acionista.

Até abril de 2000, os acionistas eram responsáveis, ainda, pelos financiamentos dos gastos administrativos da TBG, que totalizaram US\$ 19 milhões. Deste total, 50% foram registrados como empréstimos subordinados e 50% como capital integralizado, também na proporção da participação societária de cada acionista.

Os empréstimos junto às agências multilaterais de crédito e às agências de crédito à exportação têm condição prioritária de liquidação e por isso são qualificados como dívidas sênior. Os empréstimos obtidos junto aos acionistas deverão ter liquidação subsequente e por isso são qualificados como empréstimos subordinados. Ambos possuem características de longo prazo.

Os empréstimos subordinados totalizam US\$ 19 milhões remunerados à taxa de juros de 15% a.a., cujo pagamento do principal ocorrerá após a liquidação dos financiamentos das agências multilaterais de crédito. Em 2016 foi autorizada pelos detentores das dívidas sênior a amortização de um total de US\$ 140 milhões, resultando um saldo de US\$ 52,4 milhões.

O saldo dos empréstimos subordinados em 31 de dezembro de 2016, incluindo principal integralmente no longo prazo e juros integralmente no curto prazo, era de R\$ 170.988, sendo R\$ 87.204 com a Logigás.

### 13.2. Cláusulas restritivas ("covenants")

Os contratos de financiamentos da controlada TBG possuem as seguintes cláusulas restritivas ("covenants"):

- A TBG não poderá, sem autorização prévia do Banco, assumir novas obrigações financeiras distintas das contempladas no esquema de financiamento para a execução do projeto e cujos prazos de vencimento sejam maiores de um ano, se como consequência desse novo endividamento a relação entre a geração interna de recursos e os serviços de suas dívidas, compreendendo o pagamento do principal, juros, comissões e outros encargos, for inferior a 1,5 vezes;
- A TBG se compromete a adotar as medidas necessárias para que a relação entre a dívida privilegiada (*senior debt*) de longo prazo (excluída a porção dessa dívida com vencimento no ano em curso), e a soma do patrimônio líquido com passivo total não seja superior a 67%.

Para o ano de 2016, a TBG cumpriu com estas obrigações.

### 13.3. Informações sumarizadas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em	Consolidado			
	até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Total
Financiamentos em Dólares (US\$):	65.946	140.036	-	205.982
Indexados a taxas flutuantes	19.702	46.011	-	65.713
Indexados a taxas fixas	46.244	94.025	-	140.269
Taxa média dos financiamentos				12%

Total em 31 de dezembro de 2016	65.946	140.036	-	205.982	226.299
---------------------------------	--------	---------	---	---------	---------

Total em 31 de dezembro de 2015	83.165	78.625	435.650	597.440	589.766
Taxa média dos financiamentos					12%

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros sujeitos a variação cambial é apresentada na nota explicativa 24.

### 13.4. Garantias

Os pagamentos do principal e juros dos financiamentos concedidos pelas agências multilaterais de crédito são garantidos pelo Governo Federal (União). Por conta de cada contrato de garantia emitido pela União em favor das referidas agências, foram firmados contratos de contra-garantia, tendo como signatários a União, a TBG, a Petrobras e o Banco do Brasil S.A., nos quais a TBG se compromete a vincular as suas receitas à ordem do Tesouro Nacional até a liquidação das obrigações garantidas pela União. O contrato de caução de contas e receitas firmado entre a TBG, a Petrobras, na qualidade de credora caucionária das contas correntes de titularidade da TBG e dos recursos nelas depositados, e o Banco do Brasil S.A., como interveniente-anuente, disciplina a vinculação das receitas mencionadas.

## 14. Partes relacionadas

### 14.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política de transações com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

	Consolidado				Controladora			
	Petrobras	Outras(*)	Total	Total	Petrobras	TBG	Outras	Total
206.236	-	206.236	121.170	1.434	2.532			

# Petrobras Logística de Gás S.A.

CNPJ Nº 23.909.766/0001-99 – Empresa do Sistema Petrobras

As principais operações realizadas com as partes relacionadas referem-se a contas a pagar à Petrobras, decorrentes de repasse de gastos na construção do Gasoduto Bolívia-Brasil, acrescidas de encargos financeiros compatíveis com os de mercado para operações semelhantes; adiantamentos efetuados pela Petrobras referentes ao contrato de compra antecipada de capacidade de transporte (TCO) e que se destinaram ao financiamento da construção do gasoduto, sujeitos à atualização com base na taxa do dólar norte-americano e financiamentos firmados entre a controladora da Petrobras Logística de Gás S.A. e instituições financeiras para aquisição de materiais e equipamentos, repassados à TBG mediante contratos e nas mesmas condições contratadas.

Quanto ao relacionamento da TBG com a Petrobras, que envolve transações comerciais relativas ao transporte de gás natural, são realizadas por preços ajustados em contratos com cláusulas de "Ship-or-Pay" de longo prazo. Pela especificidade do empreendimento não há referencial de preço de mercado que possa ser usado neste caso, entretanto as tarifas firmadas suportam a recuperação econômica dos investimentos realizados.

## 14.1.1. Efeito cambial sobre a tarifa da TBG

De acordo com termos contratuais, a tarifa de transporte praticada no ano é fixada em janeiro e mensalente é calculada a diferença entre o valor apurado em reais com a paridade do dólar norte-americano do dia do recebimento, e a tarifa fixada em reais no início do ano. As diferenças apuradas mensalmente são registradas no resultado do exercício em que são apuradas, gerando um valor a receber ou a ressarcir à Petrobras, mediante compensação na tarifa de transporte do ano seguinte, considerando as quantidades previstas nos contratos. No exercício de 2016 foi apurado o montante de R\$ 271.276 a ser devolvido, em 2017, via redução de tarifa (em 2015 foi apurado o montante de R\$ 333.793, recuperado em 2016 via aumento de tarifa).

## 14.1.2. Adiantamentos recebidos pela TBG da Petrobras

Refere-se a valor recebido em adiantamento do contrato TCO, aportado pela Petrobras, equivalente a US\$ 302 milhões, que foi destinado ao financiamento da construção do Gasoduto Bolívia-Brasil conforme previsto no "Acordo de Acionistas da TBG para Aporte de Capital e outras Avenças", e está sendo liquidado através de prestação de serviços num período de 40 anos, a partir de 2001.

Inclui também pré-pagamento para financiamento de expansão do trecho sul, que está sendo liquidado através da prestação de serviço num período de 20 anos, a partir de outubro de 2010, e novas estações de entrega, que serão liquidados através da prestação de serviço, após o término de cada obra.

## 14.2. Remuneração da administração da Companhia

A remuneração dos administradores da Companhia foi objeto de deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de Abril de 2016. Foi deliberada a fixação do montante global de R\$ 3.466 mil válida para o período compreendido entre abril de 2016 e março de 2017.

Os demais membros da Diretoria são remunerados diretamente pelos acionistas e não recebem verbas remuneratórias da Companhia.

## 15. Tributos

### 15.1. Tributos correntes

#### Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado		Consolidado	
	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda sobre o lucro	25.011	-	139.468	60.297
Contribuição social sobre o lucro	1.687	-	61.523	23.001
	26.698	-	200.991	83.298
	Controladora		Controladora	
	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Ativo Circulante	Passivo Circulante
	2016	2015	2016	2015
Imposto de renda sobre o lucro	25.011	-	-	3.595
Contribuição social sobre o lucro	1.687	-	-	1.302
	26.698	-	-	4.897
<b>Demais impostos e contribuições</b>	Consolidado			
	Ativo		Passivo Circulante	
	2016	2015	2016	2015
ICMS	-	-	15.086	9.962
PIS/COFINS	60.806	26.603	31.119	50.119
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	-	5.870	14.458	-
Outros	-	-	1.636	937
	60.806	32.473	62.299	61.018
	Controladora			
	Ativo		Passivo Circulante	
	2016	2015	2016	2015
PIS/COFINS	8	-	474	864
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	-	-	2	-
Outros	-	-	75	-
	8	-	551	864

### 15.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

#### a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora			
	Imobi- lizado e Intangível	Empréstimos, contas a receber/pagar e financiam-entos	Provisão para processos judiciais	Outros	Total	Total
Saldo inicial em 10 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	-
Reconhecido no resultado do exercício	(93.447)	194.654	-	(82.491)	18.716	7.106
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	(1.374)	(1.374)	-
Reorganização societária (nota explicativa 2)	-	(72.520)	15.461	8.876	(48.183)	15.016
Em 31 de dezembro de 2015	(93.447)	122.134	15.461	(74.989)	(30.841)	22.122
Reconhecido no resultado do exercício	(92.851)	4.040	(16.409)	4.812	(100.408)	(17.775)
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	3.459	3.459	-
Transferências	(93.320)	2.485	-	90.835	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	(279.618)	128.659	(948)	24.117	(127.790)	4.347
Impostos diferidos ativos					22.122	22.122
Impostos diferidos passivos					(52.963)	-
Em 31 de dezembro de 2015					(30.841)	22.122
Impostos diferidos ativos					4.347	4.347
Impostos diferidos passivos					(132.137)	-
Em 31 de dezembro de 2016					(127.790)	4.347

#### b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2016, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos		
	Consolidado	Controladora	
	Ativos	Passivos	Ativos
2017	189.801	42.650	435
2018	435	-	435
2019	435	-	435
2020	435	81.000	435
2021	435	81.000	435
2022 em diante	2.172	116.853	2.172
	193.713	321.503	4.347

### 15.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Lucro antes dos impostos	1.322.240	103.269	470.624	47.931
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(449.562)	(35.111)	(160.012)	(16.297)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(6.110)	8.511	(5.724)	8.828
Participação em controlada e coligadas	1.182	218	147.939	9.678
Imposto de renda e contribuição social	(454.490)	(26.382)	(17.797)	2.209
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(100.408)	1.391	(17.775)	7.106
Imposto de renda e contribuição social correntes	(354.082)	(27.773)	(22)	(4.897)
	(454.490)	(26.382)	(17.797)	2.209
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	34,37%	25,55%	3,78%	(4,61)%

## 16. Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos aos benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolidado	
	2016	2015
<b>Passivo não circulante</b>		
Plano de Pensão Petros 2	13.195	2.145
Plano de Saúde AMS	39.912	26.863
	53.107	29.008

### 16.1. Plano Petros 2

A gestão do plano de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A partir de 1º de agosto de 2009 a TBG implementou o Plano de Previdência Complementar, denominado Plano Petros TBG, que foi estabelecido na modalidade de contribuição definida, para os benefícios previdenciários e possui contribuição variável para os benefícios de risco. Em fevereiro de 2012 foi efetivada a migração de todos os empregados da TBG do plano Petros TBG para o plano Petros 2.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento.

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2017, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2017 é de R\$ 7.211, referente a parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2016 é de 43,2 anos.

### 16.2. Plano de Saúde - Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil Bolívia - TBG mantém um plano de assistência médica (AMS), que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a Companhia busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os funcionários contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela de gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais de aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2016 é de 28,96 anos.

### 16.3. Movimentação do passivo atuarial

	2016			2015		
	Petros 2	AMS	Total	Petros 2	AMS	Total
Valor presente das obrigações	17.718	39.912	57.630	6.361	26.863	33.224
(-) Valor justo dos ativos do plano	(4.523)	-	(4.523)	(4.216)	-	(4.216)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro	13.195	39.912	53.107	2.145	26.863	29.008
Obrigações atuariais no início do exercício	2.145	26.863	29.008	7.032	15.791	22.823
Custos reconhecidos no resultado	876	6.776	7.652	2.652	4.953	7.605
Outros resultados abrangentes	10.174	6.273	16.447	(7.539)	6.119	(1.420)
Obrigações atuariais no final do exercício	13.195	39.912	53.107	2.145	26.863	29.008
Remensurações atuariais:						
Perdas (ganhos)/experiência	15.452	(634)	14.818	(1.847)	-	(1.847)
Perdas (ganhos)/hipóteses demográficas	(1.278)	(538)	(1.816)	(1.278)	-	(1.278)
Perdas (ganhos)/hipóteses financeiras	(4.122)	7.445	3.323	(4.122)	6.119	1.997
Rendimento Sobre os Ativos do Plano (Maior)/ Menor que a Taxa de Desconto	122	-	122	(292)	-	(292)
Total de remensurações registradas no ORA	10.174	6.273	16.447	(7.539)	6.119	(1.420)

## 17. Patrimônio líquido

### 17.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2016 o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 957.450 está representado por 286.372 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

### 17.2. Reservas de Lucros

#### a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, limitada a 20% do capital social.

### 17.3. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2016, que está sendo encaminhado pela administração da Logigás à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2017, no montante de R\$ 430.186, atende aos direitos garantidos aos acionistas.

Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

	2016
Lucro líquido do período (Controladora)	452.827
Apropriação:	
Reserva legal	(22.641)
Lucro básico para determinação do dividendo	430.186

Dividendos mínimos obrigatórios equivalente a 50% do lucro básico - R\$ 0,75 por ação ordinária	215.093
Dividendos adicionais propostos - R\$ 0,75 por ação ordinária	215.093
<b>Total de dividendos propostos</b>	<b>430.186</b>

Os dividendos propostos serão pagos na data a que vier a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas e terão seus valores atualizados monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2016 até a data de pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

### 17.4. Resultado por ação

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Petrobras Logística de Gás S.A.	452.827	50.140	452.827	50.140
Quantidade de ações ordinárias	286.372	286.372	286.372	286.372
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	1.581,25	175,09	1.581,25	175,09

## 18. Receita de vendas e serviços

	Consolidado	
	2016	2015
Receita bruta de serviços	1.863.680	176.535
Encargos sobre serviços	(387.837)	(52.363)
Receita de serviços	1.475.843	124.172

## 19. Outras receitas líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Receita de dividendos (GTB)	11.466	4.990	11.466	4.990
Multas contratuais	256	-	256	-
Outras, líquidas	2	4.001	114	(60)
	11.724	8.991	11.836	4.930

# Petrobras Logística de Gás S.A.

CNPJ Nº 23.909.766/0001-99 – Empresa do Sistema Petrobras

## 20. Custos e Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Gastos com pessoal	(138.337)	(14.726)	(8.330)	-
Depreciação e amortização	(173.911)	(14.046)	-	-
Serviços contratados	(64.037)	(4.458)	(3.426)	-
Aluguel de equipamentos, compressores e serviços de compressão	(51.485)	(5.698)	-	-
Tributárias	(11.389)	6.986	(7.828)	(1.962)
Dividendos de investimentos ao custo (GTB)	11.466	4.990	11.466	4.990
Outros	285	4.001	370	(2.147)
	(427.408)	(22.951)	(7.748)	881
<b>Na Demonstração do Resultado</b>				
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(327.792)	(27.728)	-	-
Despesas gerais e administrativas	(99.951)	(11.200)	(11.756)	(2.087)
Tributárias	(11.389)	6.986	(7.828)	(1.962)
Outras receitas, líquidas	11.724	8.991	11.836	4.930
	(427.408)	(22.951)	(7.748)	881

## 21. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Juros sobre endividamento	(56.817)	(5.854)	-	-
Variações cambiais e monetárias s/ endividamento líquido	216.510	(11.394)	-	-
Receita com aplicações financeiras	69.759	-	-	-
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	229.452	(17.248)	-	-
Resultado com recebíveis de ativos financeiros	56.033	3.915	54.833	1.809
Resultado com empréstimos concedidos	-	-	50.591	-
Varição monetária com empréstimos concedidos	-	-	(61.525)	-
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	(1.109)	14.736	(2)	3.307
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	(14.048)	5	(639)	13.468
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>270.328</b>	<b>1.408</b>	<b>43.258</b>	<b>18.584</b>
Receitas	126.114	18.651	105.424	5.116
Despesas	(58.248)	(5.854)	(2)	-
Variações cambiais e monetárias, líquidas	202.462	(11.389)	(62.164)	13.468
	270.328	1.408	43.258	18.584

## 22. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Valores pagos e recebidos durante o período				
Imposto de renda e contribuição social	130.280	6.353	5.577	-
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	50.236	2.830	1.901	-

## 23. Processos judiciais e contingências

### 23.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para os quais possa ser feita uma estimativa confiável.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
<b>Passivo circulante</b>				
Provisão para recuperação ambiental	4.401	45.524	4.401	45.524
	4.401	45.524	4.401	45.524

Os valores provisionados para recuperação ambiental referem aos projetos de recuperação de áreas degradadas em terrenos utilizados pela ICC (Indústria Carboquímica Catarinense S/A), em Santa Catarina e que se encontram em fase final de execução.

### 23.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015
<b>Ativo não circulante</b>		
Trabalhistas	1.747	-
Outros	2.050	3.972
	3.797	3.972

### 23.3. Passivos contingentes

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da saída de recursos, para o qual, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2016 para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentadas na tabela a seguir (Consolidado):

Natureza	Consolidado
Cíveis	347.509
Trabalhistas	2.356
Fiscais	13.913
Previdenciárias	22.240
Outros	2.242
	388.260

O quadro a seguir detalha as principais causas de natureza cível, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição do processo de natureza cível	Estimativa
Autor: MPE Montagens e Projetos Especiais S.A.	
1) Indenização de perdas e danos por desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Situação atual: Aguardando decisão judicial	204.775
Autor: Mendes Junior Trading e Engenharia Ltda	
2) Indenização por conta de prejuízos na execução de serviços contratados. Situação atual: Publicada sentença reconhecendo a ocorrência da prescrição da pretensão autoral, condenando a Mendes Junior ao pagamento de honorários advocatícios e despesas processuais. Em outubro de 2016 foram opostos Embargos de declaração, porém foram negados. Aguardando possível interposição de apelação pela Mendes Júnior.	88.032
Autor: MPE Montagens e Projetos Especiais S.A.	
3) Ressarcimento por supostos prejuízos e custos adicionais na construção da ECOMP de Capão Bonito. Situação atual: Aguardando decisão judicial	22.000
Autor: Sindicatos de Petroleiros	
4) Alteração de cálculos e pagamentos de salários e benefícios. Situação atual: Aguardando decisão judicial	21.000
5) Outros	11.702
<b>Total de processos de natureza cível</b>	<b>347.509</b>

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**IGOR MUNIZ**  
Conselheiro

**ROGÉRIO GONÇALVES MATTOS**  
Conselheiro

**GUSTAVO CESAR COTRIM CORREA DA COSTA**  
Conselheiro

## 24. Gerenciamento de riscos

A gestão da Logigás é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

### 24.1. Risco cambial

No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais, é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de equipamentos ou serviços. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

A exposição cambial da TBG em 31 de dezembro de 2016 está concentrada em seus empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado a seguir, cujos saldos estão valorizados pela taxa de fechamento de R\$ 3,2591:

	Consolidado	
	2016	2015
Com instituições financeiras, em dólar norte-americano - TBG	122.198	223.562
Com os demais acionistas, em dólar norte-americano - TBG	83.784	373.878
	<b>205.982</b>	<b>597.440</b>

Na TBG os adiantamentos recebidos da Petrobras por conta de capacidade de transporte, cujo saldo em 2016 era de R\$ 860.052, não foram considerados em risco, tendo em vista que sua liquidação dar-se-á através da prestação de serviços de transporte.

As receitas de serviços de transporte da TBG são atreladas à variação do dólar norte-americano, conferindo proteção cambial natural ao longo prazo.

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para os instrumentos financeiros com risco de taxa de câmbio, considerando que o cenário provável é o valor dos financiamentos em 31 de dezembro de 2016, respectivamente, que os cenários possível e remoto consideram a variação de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

	Risco	Consolidado		
		Cenário Provável	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
<b>Em 31.12.2016</b>				
Financiamentos	Dólar/Real	205.982	51.496	102.991

### 24.2. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas seguem as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

Na TBG, os empréstimos e financiamentos foram contratados com taxas de juros fixas e variáveis para reduzir os efeitos das flutuações nas taxas de juros. Parte substancial da dívida tem taxas de juros fixas, e aquelas sujeitas às taxas variáveis foram contratadas junto a instituições multilaterais de crédito ou agências de crédito à exportação que, historicamente, têm volatilidade menor que as taxas de mercado, conforme se segue:

	Consolidado	
	2016	2015
Total com taxas fixas	65.713	165.593
Total com taxas variáveis	140.269	431.847
	<b>205.982</b>	<b>597.440</b>

### 24.3. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de valores depositados em custódia e de investimentos em recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados e da possibilidade do não recebimento dos investimentos em recebíveis de ativos financeiros. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro 2016. Também é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de valores em custódia e investimento em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

### 24.4. Risco de Liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	1 ano	1 a 2 anos
	Financiamentos	65.946
	<b>65.946</b>	<b>140.036</b>

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da Companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

### 24.5. Seguros (não auditado)

Para proteção de seu patrimônio a Logigás transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da Companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis. Consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

Riscos Segurados	US\$ milhões	
	Valor em risco	Límite máximo de indenização
Danos Materiais	11.291	180
Perda de receita bruta	134	134
Responsabilidade civil	250	250

## DIRETORIA EXECUTIVA

**RICARDO JOSÉ LOURENÇO DE MELLO**  
Diretor Presidente

**RAFAEL SENNA SANTOS IMBUZEIRO**  
Diretor

**ROGÉRIO AFONSO RIBEIRO**  
Contador - CRC-RJ-087118/0-3

# Petrobras Logística de Gás S.A.

CNPJ Nº 23.909.766/0001-99 – Empresa do Sistema Petrobras

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionista  
Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás  
**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás (a "Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### Demonstrações contábeis individuais

Conforme descrito na Nota 4, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere a manutenção do diferido. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

#### Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para as Notas 1 e 14 às demonstrações contábeis, que descrevem que as operações da Companhia são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta

estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Christiano Augusto Beleze dos Santos  
Contador CRC 1SP219266/O-7 "S" RJ

## PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E A PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

O Conselho Fiscal da Petrobras Logística de Gás S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, a Demonstração dos Resultados Abrangentes e as respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, e tomando como base o respectivo Parecer, à luz da legislação societária vigente, é de opinião que as referidas Demonstrações Contábeis e o Relatório da Administração estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia.

O Conselho Fiscal, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo também examinado a proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, é de opinião que a mesma encontra-se apta a ser submetida à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2017.

**Gilmar Alanis**  
Conselheiro - Presidente

**Roldão de Paula Freitas**  
Conselheiro

**Viviane Aparecida Silva Varga**  
Conselheira